

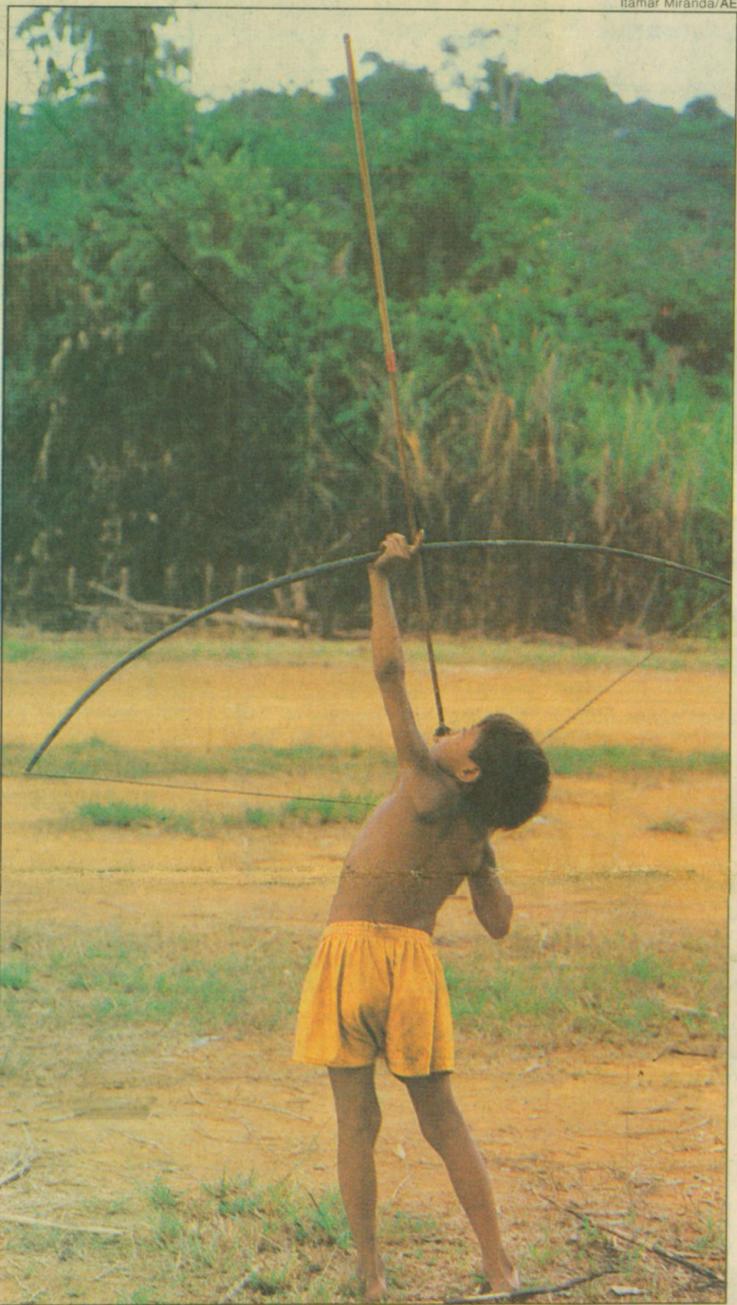
EXTRA

ÍNDIOS BRASILEIROS CREPÚSCULO DE UM POVO



"Os índios brasileiros, tal qual os conhecemos no passado, na sua cultura pura, não sobreviverão". A afirmação é de Orlando Villas Bôas, de 82 anos, 252 malárias, principal responsável pela conquista — há exatos 50 anos — da região onde hoje está o Parque do Xingu e pela atração de pelo menos cinco mil índios. Este Caderno Extra mostra como vivem hoje nossos índios e discute seu futuro. Villas Bôas está certo: os índios puros acabarão. Os que restarem exercerão sua autodeterminação e buscarão seus próprios caminhos, com o necessário amparo do Estado. Não serão mais índios puros, mas jamais serão brancos. Suas terras não impedem o desenvolvimento do País, pois, assim como as riquezas do subsolo, elas pertencem à União. Explorá-las depende de decisão do Congresso Nacional. Está na Constituição.

CARLOS DE OLIVEIRA
e ULISSES CAPOZOLI



Itamar Miranda/AE



Itamar Miranda/AE

Quando Pedro Álvares Cabral aportou em terras que hoje são da Bahia, em 22 de abril de 1500, a população nativa do que viria a ser o Brasil devia somar cinco milhões de índios. O cálculo é baseado em levantamentos recentes da etnologia, área da antropologia que estuda a cultura de povos naturais.

Desde então, as mortes por assassinatos, doenças contagiosas, perda de terras, suicídios, guerras tribais e confinamentos fizeram com que essa população fosse reduzida a 270 mil índios, pouco mais que 5% da população original e menos que sobrou da Mata Atlântica. A floresta que cobria toda a costa brasileira, a exemplo do índio, foi interpretada pelos primeiros europeus como uma barreira à penetração e ocupação dos interiores da nova terra. Dela, sobraram 8%.

Investigações feitas por pesquisadores como Aryon Dall'Igna Rodrigues, apontam, no final do século 15, a existência de 1.175 diferentes línguas faladas por essa população original. Com a extinção de um grande número de povos, ao longo de quase 500 anos, essas línguas foram reduzidas a 170, faladas hoje por 206 diferentes etnias. Mesmo assim, essa situação faz do Brasil um dos países mais ricos, senão o mais rico, em diversidade cultural, patrimônio estratégico num mundo que se globaliza aceleradamente.

Crescimento — A situação dos índios brasileiros já foi pior. Cálculos do antropólogo e agora senador Darcy Ribeiro estimam que no final dos anos 50 a população oscilava entre o mínimo de 68 mil e o máximo de 100 mil índios. Ele avalia que apenas entre 1900 e 1957 desapareceram 87 etnias.

Com reservas garantidas pelo Estado, especialmente a partir dos anos 60, as populações indígenas puderam crescer. Hoje elas se distribuem por uma área de 947 mil quilômetros quadrados, equivalente às superfícies da França e da Inglaterra juntas. Apenas o território ianomâmi, nos Estados de Roraima e Amazonas, ocupa 96 mil quilômetros quadrados, área equivalente à de Portugal.

Contudo, a criação de reservas e o crescimento das populações indígenas não foram suficientes para evitar a agonia de alguns desses povos. É o caso, por exemplo, do aricapus, do tronco linguístico jaboti, reduzidos a um grupo de seis pessoas, em Rondônia. Além deles estão ameaçados de extinção os caripunas, da família linguística tupi-guarani, reunindo oito índios, também em Rondônia. Os jumas, no Amazonas, não passam de sete. O último índio juma em condições de procriar e manter a continuidade de sua etnia, Karé, de 35 anos, morreu em 1992, atacado por uma onça.

Os jumas já foram numerosos no passado. No século 18, somavam entre 12 mil a 15 mil índios. Muitos foram aprisionados por tropas coloniais portuguesas, conduzidos aos currais de Coari, Tefé e Rio Negro, onde eram repassados como escravos para colonos, missionários e para o serviço da coroa portuguesa. Hoje as índias jumas já não cantam mais o *Tantum Ergo*. As duas únicas velhas sobreviventes, Barú e Inté, cumprem todas as noites um ritual de lamento, de pranto e de cantos dramáticos.

Em 1964, algumas dezenas de jumas sobreviviam no igarapé da Onça, próximo a Tapauá, no Amazonas. Atacados por grupos de castanheiros que invadiram suas terras, pelo menos 60 índios foram mortos. Karé, com seis anos de idade, foi um dos poucos que sobreviveram à chacina.

Qual o futuro dos índios? A resposta depende, em parte, da decisão do Estado de assegurar, de fato, a garantia física e cultural desses povos, inscrita na Constituição de 1988. No Amazonas, onde está a maior parte dessas populações, infiltram-se também pelo menos 300 mil garimpeiros. Eles são uma ameaça direta aos índios. Perturbam seu ambiente físico comprometendo os campos de caça e sua estabilidade cultural introduzindo valores estranhos a esses povos. Mais que isso: os garimpeiros são fonte de doenças como a malária, tuberculose e da Aids.

Nas últimas semanas a Fundação Nacional do Índio (Funai) decidiu distribuir camisinhas em aldeias localizadas junto a áreas de garimpo, de grandes projetos de mineração e de madeiras para evitar a proliferação da doença. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), 13 índios foram contaminados pelo vírus HIV desde 1986. O

Menino ianomâmi retesa seu arco para lançar flecha para o ar; o velho guerreiro caiabi fixa seu olhar na planície xinguanã: o futuro de ambos depende, em parte, da decisão do Estado de assegurar, de fato, a integridade física e cultural desses povos, inscrita na Constituição de 1988

antropólogo francês Claude Lévi-Strauss sustenta que as culturas humanas não diferem entre si da mesma maneira nem no mesmo plano. Isso significa que as culturas indígenas não são uma etapa primitiva da escala civilizatória. Elas não podem ser interpretadas como "retardatárias", em relação ao estágio atingido por outras sociedades ocidentais, de raízes históricas européias.

Exemplo disso é o pensamento do líder ianomâmi, Davi Kopenawa Ianomâmi, sobre as ameaças de sobrevivência que pesam sobre seu povo. Tirar partido das palavras dele é demonstrar uma percepção além da lógica imediatista que permeia o discurso cotidiano do que os índios chamam de "homem branco".

Os ianomâmis são um povo de uma mitologia complexa. Para eles, o mundo está dividido em três terras. Elas são a terra de cima, muito velha e cheia de rachaduras, por onde as águas de lagos e rios se infiltram e produzem as chuvas na terra do meio. A terra do meio, de idade mediana, é onde vivem os ianomâmis e os brancos. A terra de baixo, mais recente, é a que está sob nossos pés.

Os ianomâmis — que no Brasil se espalham entre os Estados de Roraima e Amazonas — consideram que seus pajés mantêm equilibradas as colunas que sustentam a terra de cima. Se os ianomâmis forem extintos, pensam, então os brancos também morrerão. Eles serão esmagados pela terra de cima.

Essa é uma outra cosmologia, onde perguntas e respostas são elaboradas com o recurso mitológico, o mesmo que está na base da ciência ocidental, de raízes gregas. Os percursos de ambas é que são diferentes.

Sobre o ouro arrancado pelos garimpeiros, que os índios chamam de "comedores de terra", Kopenawa tem uma interpretação poética. Referindo-se ao vapor do mercúrio utilizado para amalgamar o metal diz que "quando essa fumaça chega no peito do céu, onde moram os fantasmas e o trovão, ele começa a ficar muito doente, ele começa a ser atingido pela doença e a terra também fica doente. E mesmo os espíritos auxiliares dos pajés ficam doentes".

Quando os pajés tentam "afugentar a fumaça

da doença que está no céu, com chuva, não conseguem. Ela está alta, fora de alcance".

Imaginar que os brancos possam ser vítimas de sua própria ganância é uma idéia que está no pensamento de outros povos indígenas das Américas. Talvez a mais fascinante das obras relatando o extermínio dos índios norte-americanos, *Enterrem Meu Coração na Curva do Rio*, de Dee Brow, traz inúmeros registros dessas profecias.

Também aí está patente o valor da terra para as culturas indígenas. A terra é o espaço, não apenas da sobrevivência física — com o plantio, coleta de alimentos e a caça — mas também o local de toda a elaboração mitológica.

Wanigi Ska (Fantasma Branco), um dos líderes indígenas norte-americanos, numa melancólica despedida de sua terra, invadida por novos ocupantes, diz: "A terra está cheia de minerais de toda espécie e, sobre ela, o chão coberto de florestas de pinheiros grosso. Quando nós as dermos ao Pai Grande, saberemos que demos a última coisa que é valiosa, tanto para nós quanto para a gente branca".

No Brasil, a posse das terras indígenas está assegurada pela Constituição, como propriedade da União, da mesma forma que os recursos minerais do seu subsolo. Só a União, com a anuência do Congresso, pode autorizar sua exploração.

A vigilância delas, no entanto, é precária, especialmente em regiões mais isoladas, onde permanecem grupos arredios. Assim, na prática, é o índio que deve defendê-la. Ao rechaçar essas invasões, contrariando interesses econômicos, eles são acusados de ser uma barreira ao progresso. Ocorre que se os índios não exercerem essa auto-defesa, suas terras, suporte vital de suas culturas, serão violentadas, levando-os cada vez mais próximo do fim.

O trabalho de campo para a realização deste Caderno Extra foi feito pelos jornalistas Ulisses Capozoli (texto) e Itamar Miranda (fotos). Durante 35 dias eles estiveram nos Estados de Goiás, Pará, Mato Grosso, Amazonas e Roraima. Nesse período, percorreram um trecho de 16 mil quilômetros, sob a coordenação do editor-executivo Carlos de Oliveira.

EXTRA

UMA EPOPÉIA

"Temos uma história a contar para o País, para os brasileiros. A história de uma grande, de uma imensa caminhada. Nela, a distância ficou aquém do tempo. Nela entramos moços e saímos velhos. Pisamos milhares de quilômetros de florestas e pântanos. No começo, essa floresta nos foi muito hostil. Mas, com o correr do tempo, tanto tempo, nós nos reconciliamos. Fizemos as pazes. Um dia descobrimos índios no seu estado natural. Eles eram alegres, cantavam e dançavam. Esses índios estavam em paz com o mundo. Hoje estamos sentindo que só nós sabemos o alto preço dessa descoberta" (Orlando Villas Bôas, novembro de 1996)



Reprodução

O ministro João Alberto Lins de Barros, da Coordenação e Mobilização Econômica (ao centro, mão no rosto), acompanhado dos irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas, realiza sua primeira visita à região do Xingu, no Brasil Central

OS IRMÃOS VILLAS BÔAS

Itamar Miranda/AE

A história da grande expedição Roncador-Xingu

Cláudio, Orlando e Leonardo, líderes de um grupo de homens rudes — mas fiéis — desbravaram o Brasil Central

O ano é pouco preciso, talvez 1943. Ditadura Vargas. Sentado na barranca do Rio Araguaia, limite do Brasil conhecido, o ministro João Alberto Lins de Barros, da Coordenação e Mobilização Econômica, sonha com um Brasil maior. Sonha com palavras ditas em tom alto: "No pontal formado pelos dois rios (Araguaia e Garças) se assentará a pilastra principal da ponte que ligará Goiás a Mato Grosso. Barcos correrão o rio levando assistência às populações ribeirinhas. Para o interior, no rastro do desbravamento, surgirão arraiais e vilas, que se transformarão em cidades. Nada deterá esse avanço. É o País que se expande".

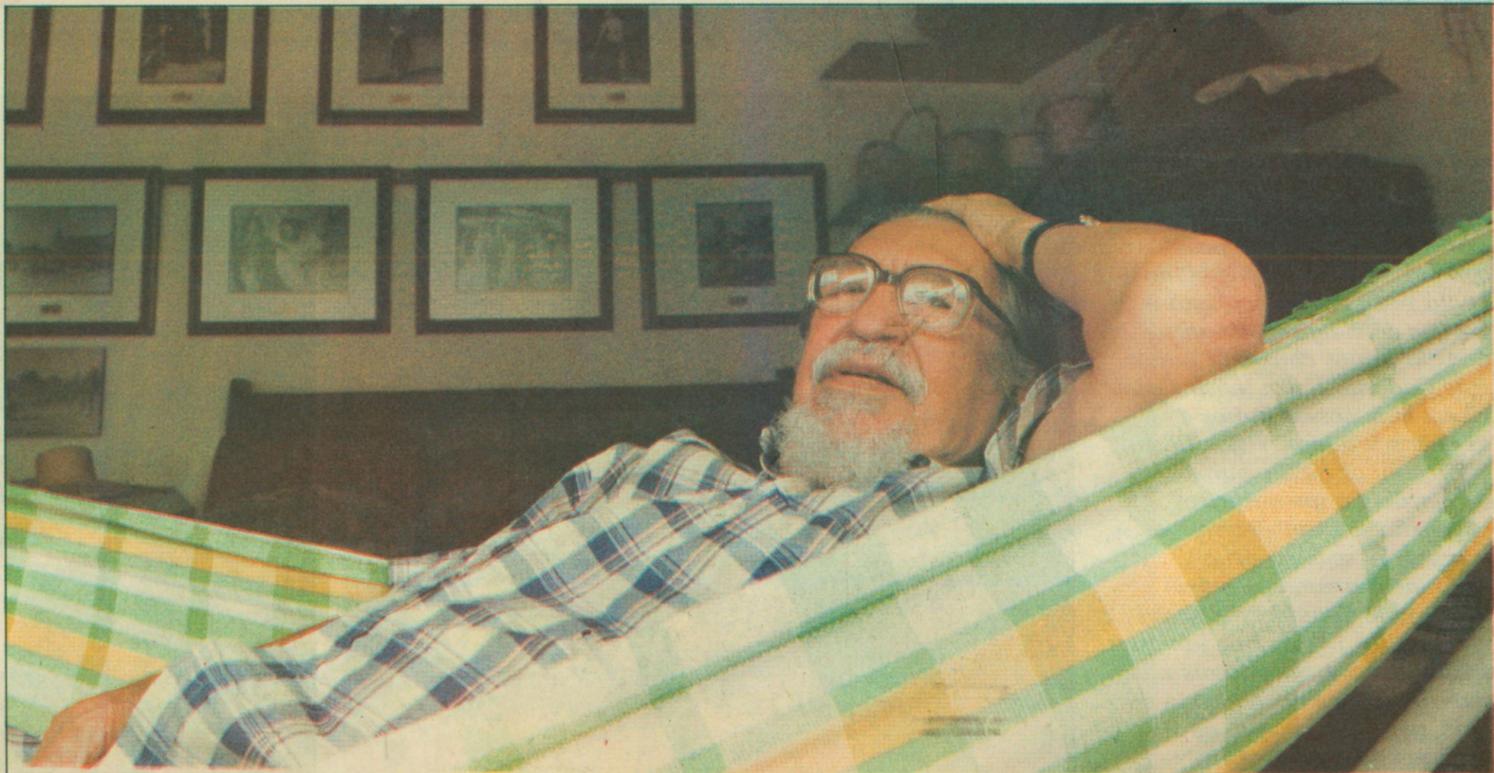
Com esse norte, Orlando, Cláudio e Leonardo, todos Villas Bôas, e mais um sem-número de homens, alguns com nomes conhecidos, outros, valentes anônimos, deixaram Uberlândia (MG) rumo ao Oeste e descobriram o Brasil Central. A vida dessa gente está ligada a uma epopéia, uma grande expedição, a Roncador-Xingu, que abriu o centro do Brasil para o mundo e revelou para os brasileiros os muitos mundos existentes no centro do Brasil. Há exatos 50 anos.

A história que se segue é contada por um contador de histórias: Orlando, de 82 anos e 252 maláris, o único dos irmãos Villas Bôas, além de Cláudio, que ainda vive. Forte e lúcido. Tanto tempo na selva, tanto tempo com os índios que, de alguma forma, Orlando Villas Bôas se transformou num deles.

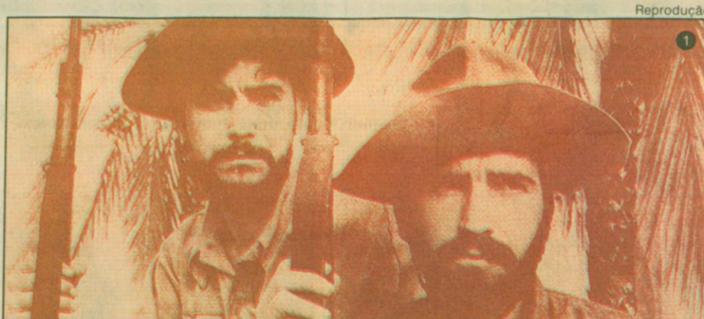
Suas histórias sobre a conquista do Brasil Central não seguem ordem cronológica. Nem por isso são caóticas. Mas, é difícil acompanhá-lo. Talvez tão difícil quanto deve ter sido acompanhá-lo, ainda moço, pelas picadas abertas a facão na selva hostil.

O tempo, fio condutor dos avanços humanos, não existe em sua narrativa. Ou, se existe, é tratado de outra forma, como uma espécie de todo, no qual o presente, o passado e o futuro formam um único bloco. O tempo é um elemento lúdico, um jogo com o qual Orlando brinca de se deslocar — para a frente e para trás — sem o menor compromisso com o calendário. Como um índio.

Vazios do Brasil — A paixão pelo sertão vem da infância, no interior de São Paulo, onde o pai Agnelo tinha uma fazenda de café e onze filhos. A doença do pai interrompeu a vida da família na agricultura e os Villas Bôas vieram para a cidade, para um casarão no Alto de Pinheiros. Em 1941, num espaço de apenas cinco meses, os irmãos Villas Bôas perdem pai e mãe. Orlando, Cláudio e Leonardo mudam-se para uma pensão no centro de São Paulo e seguem uma vida normal, normalíssima. Em 41, Orlando, com 27 anos, era escriturário; Cláudio, com 25 anos, era entregador de avisos da Prefeitura e Leonardo, com 23 anos, trabalhava numa empresa que fornecia gás especial para geladeiras. Vidas normalíssimas, portanto. Mas era pouco. O mapa do Brasil, com seus imensos vazios, era uma espécie de livro de cabeceira dos três. Dois anos depois, em 43, chega a notícia de que o governo havia criado a expedição Roncador-Xingu, com o objetivo de "conhecer e desbravar os brancos do mapa". O Brasil tinha 43 milhões de habitantes e, num misto de nacionalismo e necessidade geopolítica, precisava se expandir. Para isso, precisava se conhecer. Era o que faltava para os Villas Bôas. Foram buscar informações na Fundação Brasil Central (FBC), mas foram recusados. A expedição Roncador-Xingu só aceitaria gente caalejada e resistente. Só aceitaria sertanejos. Se a FBC só aceitaria sertanejos, a solução adotada pelos três irmãos foi a mais simples: disfarçaram-se de sertanejos, foram para Barra do Garças, onde a expedição ganhava forma, e, aí então, foram aceitos. Na base, Cláudio e Leonardo ganharam uma enxada cada um. Orlando seria auxiliar de pedreiro. Mas os três Villas Bôas eram educados, liam, escreviam, tinham instrução. Todos notaram. Foram logo promovidos: Cláudio e Leonardo trocam as enxadas pela chefia do pessoal e pela chefia do almoxarifado, respectivamente. Orlando vira secretário da base. Começa aí a saga dos Villas Bôas, que passariam 40 anos de suas vidas na selva. Sérgio de Souza, numa das introduções do livro "Marcha para o Oeste", de Orlando e Cláudio, faz um balanço desses 40 anos



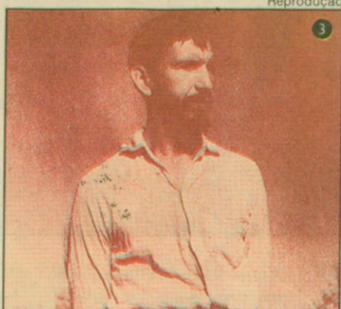
Orlando Villas Bôas, em casa: "Quando algum índio me telefona para dizer que os brancos estão invadindo, eu digo para que eles briguem com os brancos"



Reprodução



Reprodução



Reprodução



ARQUIVO FBC



de serviços: "1.500 quilômetros de picadas, mil quilômetros de rios percorridos, 43 vilas e cidades nascidas no roteiro da marcha, 19 campos de pouso (quatro se tornaram bases militares e pontos de apoio de rotas aéreas internacionais) e cinco mil índios contactados". Mas o ponto alto dessa saga é a criação, em 1961, no governo Jânio Quadros, do Parque Nacional do Xingu. Está fundado aquilo que os Villas Bôas chamaram de "Sociedade de Nações". Lá vivem quatro mil índios em 18 aldeias, falando dez idiomas diferentes. Esse breve balanço da expedição Roncador-Xingu, no entanto, é injusto com a realidade enfrentada pelos irmãos Villas Bôas e seus sertanejos ao longo dos milhares de quilômetros de selvas. Há um lado quase ficcional nessa aventura. Ele precisa ser contado. E vai.

A princípio, história de sertanejos abrindo picadas no sertão bravo pode parecer monótona. E, muitas vezes, é mesmo. A aventura dos Villas Bôas é uma sucessão de avanços difíceis pela mata, pelo ignoto, armados de facões e de velhos mosquetões para caçar, nunca para ser usados contra índios, por mais bravos que fossem. Seguiam o ideal indigenista do pioneiro marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, ele mesmo descendente de índios terenas: "Morrer se preciso for, matar nunca". Todos os dias, apesar da diversidade e da novidade, a expedição Roncador-Xingu foi um misto de valentia e penúria, determinação e coragem.

Desde que saíram de Uberlândia (MG) em direção ao Rio das Mortes, os expedicionários obedeceram a uma rotina estafante, regida por disciplina quase militar: seguir o rumo Oeste, abrir a picada, estabelecer postos, consolidar os postos, abrir campos de pouso, atrair índios bravos. Um

moto-perpétuo no qual a comida nem sempre era abundante e a natureza era sempre implacável: insetos, feras, chuvas torrenciais, frio intenso à noite e calor insuportável durante o dia. Rotina para homens fortes e determinados. Poucos fraquejavam. Demitiam-se ou eram demitidos, por falta de jeito ou de compostura. Outros caíam doentes: malária, úlcera de Bauri, dor aguda nas articulações, feridas desconhecidas, gripe, febres tropicais, acidentais.

As vezes a comida chegava próximo do nada, pela dificuldade que os aviões tinham de atingir as pistas toscas, abertas à força de braços, enxadas e foices. Nesses momentos era preciso caçar. Na verdade, sempre era preciso caçar. Comiam arroz (quando havia arroz) com mutum, com caititu, com veado, com tamanduá, com peixe, com lombo de onça. Longos anos nessa vida. Na retaguarda, uma certa indiferença com os homens da vanguarda. Muitas vezes — quase todas — os irmãos Villas Bôas mantinham viva a expedição Roncador-Xingu no grito ou na matreirice, fazendo de conta que não ouviam determinadas orientações burocráticas que vinham da FBC, no longínquo Rio de Janeiro. Afinal, na selva virgem, o rádio vivia em pane permanente mesmo...

Atingidos os Rios Culuene e, depois, o Diauarum (onça preta em tupi-guarani), os Villas Bôas

disciplina quase militar imposta ao grupo. Qualquer desliz grave era motivo de severas repreensões. Apesar de rudes, os homens que participaram da expedição Roncador-Xingu, a grande maioria sertanejos de vários pontos do País, eram trabalhadores enérgicos e não cediam facilmente às durezas da selva e da vida no mato.

chegaram ao Rio Xingu, em 1948, cinco anos depois da partida da expedição. Lá, por falta de decisões superiores, especialmente do chefe da expedição, coronel Flaviano de Mattos Vanique, a expedição parou. Por mais de um ano, Vanique e os Villas Bôas tinham mais ou menos os mesmos objetivos: atingir o Rio Telles Pires ou São Manoel e, finalmente, o Tapajós, bem mais ao Norte. Divergiam quanto ao método. Vanique queria retroceder, trazer a expedição de volta a Cuiabá e daí, por terra, seguir até um afluente e chegar ao Telles Pires. Os Villas Bôas queriam ir de barco a partir do Xingu: subir o Rio Maritsauá em três batelões e, depois, por terra, abrir um picadão na selva cerrada até o Telles Pires. Venceram a queda de braço com Vanique e no dia 20 de junho de 1949 o picadão rumo ao Telles Pires/Tapajós começou a ser aberto. A expedição chamava-se agora Xingu-Tapajós, já que, por ter cumprido seus objetivos, a Roncador-Xingu fora extinta pela FBC.

Cem dias na mata bruta e um grupo de homens esfarrapados chega às margens do Telles Pires ou São Manoel. Ao longo da expedição e dos anos, os Villas Bôas toparam com índios jurunas, suiás, trumais, calapalos, iualapitís, caibis, txicãos, camaiurás, txucarramães, crenacores (os índios gigantes), uns doces, outros ariscos e outros muito bravos.

No total, foram cerca de 40 anos dedicados ao sertão, mais especificamente aos xinguanos, ponto do Brasil Central, região que serviu de ponto de refúgio a várias nações (dada à diversidade de línguas lá faladas), que há séculos vinham fugindo do contato com os brancos. Ainda hoje essa diversidade toda é responsável por uma briga de poder indígena dentro do Parque Nacional do Xingu, criado por Jânio Quadros em 61. Tribos do Norte contra tribos do Sul.

"Os índios vão acabar" — Hoje, mais de 15 anos longe dos índios e do Xingu, Orlando e Cláudio Villas Bôas, os últimos dos três irmãos sertanistas, deixaram os ranchos de tronco e palha. Orlando mudou-se para uma casa boa, arborizada, na City Lapa, em São Paulo. Pura fachada. Lá dentro, o clima é de maloca indígena, com redes para dormir, arcos, flechas, cerâmicas, algumas datadas de até 2 mil anos, tapacaps, bordunas.

O velho rádio dos anos 40, mais mudo que vivo, foi trocado por telefone e fax, seus meios de comunicação com o Xingu. Aos índios, entre eles o chefe txucarramãe Raoni, sempre o mesmo conselho. "Se o branco vier invadir, briguem com eles". No final, uma constatação triste, realista, inexorável: "Os índios, tal qual os conhecemos, na sua cultura pura, não existirão mais", afirma o lúcido Orlando. (C.O.)

ÍNDIO, TAL QUAL O CONHECEMOS NO PASSADO, NA SUA CULTURA PURA, NÃO EXISTIRÁ MAIS

- 1 Cláudio e Leonardo Villas Bôas (este último já morto). Na década de 40 lideravam, com Orlando, a vanguarda da Expedição Roncador-Xingu. Os fuzis levados pelos expedicionários eram controlados e usados, segundo Orlando, somente para a caça. Nunca para atirar em índios. Os irmãos Villas Bôas levavam ao extremo os princípios do Marechal Rondon em relação às nações indígenas brasileiras: "Morrer se preciso for, matar nunca".
- 2 O marco de fundação de Xavantina, em 1944. Anos depois, em 1960, os Villas Bôas foram encarregados de determinar com exatidão o centro do País. Nova empreitada. Difícil. Principalmente quando descobriram que no centro do Brasil havia um
- 3 Orlando Villas Bôas, também na década de 40, já na região do Xingu, depois de anos na selva. Orlando era, assim como seus irmãos, um homem amigo de seus camaradas de expedição, mas mantinha pulso firme em relação à
- 4 O mapa mostra os limites atuais do Parque Nacional do Xingu, criado em 1961, durante o governo Jânio Quadros, principal saldo dos esforços dos irmãos Villas Bôas. A área, pela diversidade de nações indígenas, mostra que, desde um passado remoto, índios fugiam para o Brasil Central com o objetivo de evitar o contato com os brancos. (C.O.)

EXTRA

AMEAÇA NO PARQUE

Agravam-se os problemas. Em Marcelândia, o esgoto urbano é lançado no Rio Manissauá-Missu. Ele desemboca no Xingu, ao norte do Posto Diauarum. Em 95, levantamentos com satélite feitos pelo Instituto Socioambiental (Isa) localizaram uma invasão madeireira na cabeceira do rio Quente, afluente do Batovi. Para o roubo da madeira foi construída uma estrada de 10 km. Antes disso, em 1991, houve um choque armado entre Panarás, os "índios gigantes", e trabalhadores da Fazenda Saudade, uma das muitas propriedades que envolvem o parque. Os índios — transferidos para o Xingu em 1975, dois anos depois do contato — alegavam falta de caça nas terras do parque. No choque morreu o peão Jurandir de Oliveira Ramos.

O XINGU

A grande reserva está ameaçada e os índios revoltados

O grande problema do Xingu é o crescimento rápido das cidades que o circundam; em muitos casos, problemas são resolvidos à bala

Três décadas e meia após o Parque Indígena do Xingu ser oficialmente criado por um decreto do então presidente Jânio Quadros, em 1961, dificuldades subestimadas à época transformaram-se em ameaças reais. Elas afetam, de maneira diferenciada, pelo menos quatro mil índios divididos em 16 diferentes etnias. Esses povos se distribuem por 3,276 milhões de hectares de terras.

Os que vivem no interior do parque, ao longo do curso do rio Xingu, são mais protegidos. Entre eles estão camaiurás, trumaris e txicões. Nas bordas estão os calapalos, próximos à rodovia MT-110, e, a Leste, os suiás. São os mais ameaçados.

O problema do Xingu é o crescimento rápido das cidades que o circundam. Paranatinga e Canarana, esta última sobre as cabeceiras do Xingu, no Sul. Querência, São Félix do Araguaia e São José do Xingu — ou "Bang Bang" — bloqueiam o parque pelo Leste. No Oeste se expandem rapidamente Vera, Santa Carmem, Cláudia e Marcelândia. O Norte faz fronteira com Altamira, no Pará.

A febre do ouro estimulou a corrida que acabou na fundação de muitas dessas localidades. Quando o ouro se tornou mais escasso, a madeira passou a ser valorizada. À medida que as florestas foram caindo, a golpes de machado, começaram a chegar os bois. O Xingu é a nova capital do boi gordo. Lá, um bife macio custa a metade de um filé de peixe.

O cerco ao parque do Xingu e as consequências para os índios ali abrigados eram previsíveis desde o começo. Mas as soluções esbarraram na mentalidade dos governantes de empurrá-las para o futuro, como se o tempo pudesse diluí-las.

Os limites do parque tiveram sucessivas mudanças até a consolidação de um anteprojeto, em 1952. A tarefa de identificação do território foi dificultada pela estrutura fundiária de Mato Grosso, com imensas áreas sob disputa legal. Com isso, o desenho do parque, montado sobre o curso do Xingu, deixou de fora não só porções de terras tradicionais para várias das etnias que ali seriam abrigadas: as cabeceiras de muitos rios, entre eles o próprio Xingu, também ficaram fora do abrigo legal do território.

Agora começam os problemas. Em Marcelândia, o esgoto urbano está sendo lançado no leito do rio Manissauá-Missu. Ele desemboca no Xingu, ao norte do Posto Diauarum. No ano passado, levantamentos com imagens de satélite feitos pelo Instituto Socioambiental (Isa) localizaram a invasão madeireira na cabeceira do rio Quente, afluente do Batovi. Para o roubo da madeira fora construída uma estrada de 10 km de extensão.

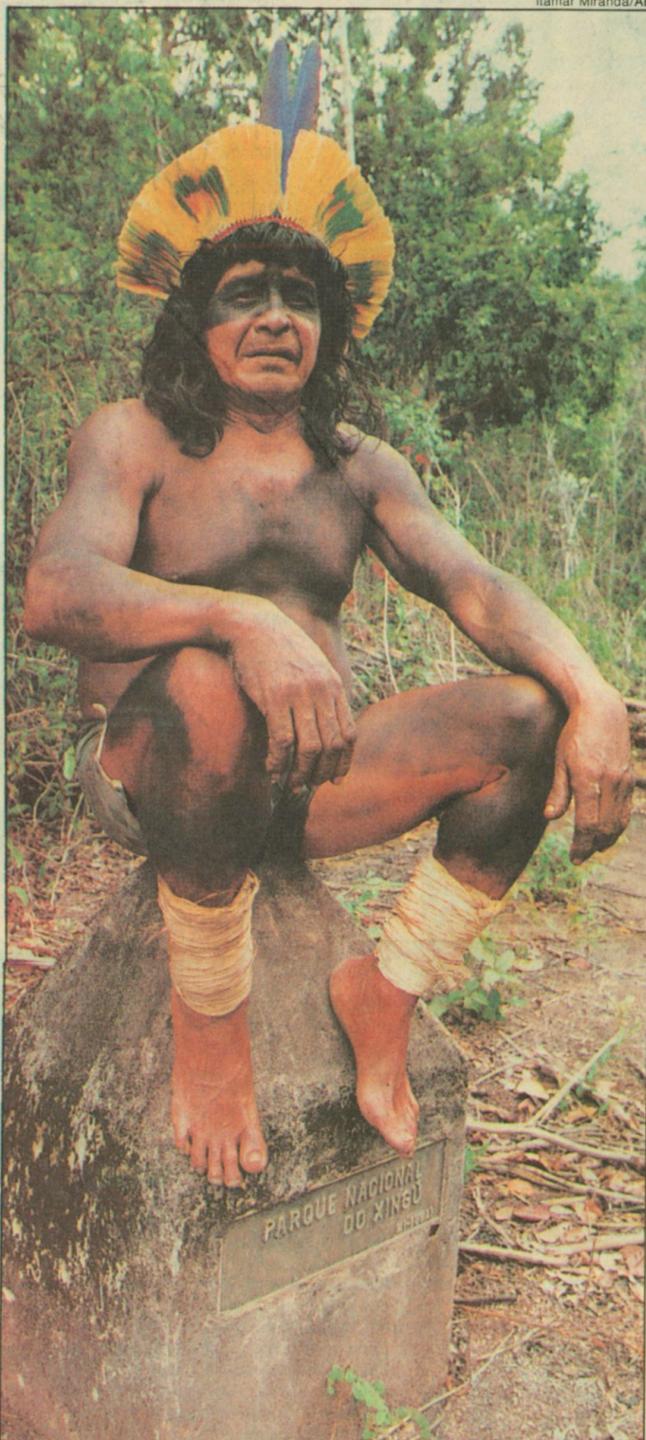
Antes disso, em 1991, houve um choque armado entre Panarás, os "índios gigantes" e trabalhadores da Fazenda Saudade, uma das muitas propriedades que envolvem o parque. Os índios — transferidos para o Xingu em 1975, dois anos depois de contactados — alegavam falta de caça nas terras do parque. O choque resultou na morte do peão Jurandir de Oliveira Ramos.

Em fins de setembro, quando repórteres do Estado estavam no parque, as lideranças indígenas enviaram um radiograma à Funai alertando para as freqüentes invasões da reserva a partir de municípios vizinhos. No comunicado, que reafirmava contatos anteriores, os índios diziam que não iriam "aguentar por muito tempo este tipo de provocação e humilhação".

Ao mesmo tempo, enviaram uma carta à prefeitura de Marcelândia alertando para a invasão de barcos com pescadores e caçadores bem armados. Os índios garantem que os homens faziam a invasão a mando de José Bianchini, candidato derrotado à prefeitura da cidade. Garantem também que Bianchini "quer acertar contas" com o índio Sirawe Caiabi, funcionário da Funai e vigia de um dos postos da reserva.

O Estado fez uma dúzia de tentativas de contato com Bianchini, mas seus funcionários não diziam sempre que ele estava fora da cidade e não poderia ser localizado. As invasões por pescadores e caçadores, no entanto, puderam ser testemunhadas pelos repórteres no rio Suíá-missu a partir da Fazenda São José, a leste da reserva. Na fazenda, grandes áreas de mata estão sendo transformadas em pastagens, com a ajuda do fogo. Duas picapes de Ribeirão Preto estão estacionadas à beira do rio e seus ocupantes pescam na água que integram a reserva. O cacique Kuyussi Suíá fica irritado. Conta que muitas vezes os pescadores e caçadores não conseguem levar todas as presas que

CANAL PARA DRENAR AS PASTAGENS DE FAZENDA JÁ RESULTOU EM MULTAS APLICADAS PELO IBAMA



O cacique Kuyussi Suíá, no marco do Parque do Xingu: "Nós não vamos aguentar por muito tempo as provocações e as humilhações"

capturam e então deixam peixes, antas e capivaras, decompondo-se ao Sol, à margem do rio.

Mas os suiás têm outro problema. O rio está tendo suas águas atingidas pelo lodo que desce com a escavação de um canal de 40 quilômetros de comprimento que está sendo rasgado na fazenda Jaú/Roncador. A fazenda é do empresário Pelerson Soares Penido, dono da empresa paulista Pássaro Marron. O canal deve drenar as pastagens da fazenda e já resultou em multas aplicadas pelo Ibama. Agora, ele também traz gado morto atirado em suas águas pelos peões, para evitar que enfermidades se alastrem pelo resto do rebanho.

A criação do Parque Indígena do Xingu é uma consequência da "marcha para o Oeste", o movimento de ocupação do Brasil Central. Ele foi materializado pela Expedição Roncador-Xingu Fundação Brasil Central, a partir de 1943, sob a influência geopolítica da Segunda Guerra Mundial. À expedição competiu o reconhecimento do território e à fundação criar novas cidades na região. Os índios desalojados de suas terras originais deveriam ser abrigados em reservas, mas o Parque resultou, na prática, do empenho dos Villas-Bôas, os líderes da expedição (veja a história da expedição Roncador-Xingu e dos irmãos Villas Bôas na página anterior). Mais de meio século depois destes acontecimentos, a força da lei ainda não se faz valer na região. Exemplo é São José do Xingu, onde o hábito de resolver as desavenças à bala, mudou o nome da cidade para "Bang Bang". Ou simplesmente "Bang". (U.C.)

Novela das oito e o sonho de Tony, pajé suiá

Há exatos 50 anos os irmãos Villas-Bôas, à frente da coluna expedicionária, cortavam o Ronuro, Batovi, Curisevo, Culueve e atingiam o Xingu. Apanhar uma voadeira, subir o rio e penetrar seu afluente da margem esquerda, o Suíá-missu, traz a sensação de retorno no tempo. Aparentemente nada mudou, embora, de certa maneira, tudo esteja diferente. Os índios agora falam português e, pelo menos nos postos do parque, vêem a novela das oito e os campeonatos de futebol. Os índios dos postos são corinthianos, palmeirenses, são-paulinos e flamenguistas. Mas isso não faz deles novos brancos. Sertanistas, antropólogos, missionários e caboclos que tiveram contatos com eles sabem que essa transmutação não existe. Tony Suíá, nosso piloto e guia na viagem de estadia com seu povo é uma prova disso. Quando deixamos o Diauarum para subir o Xingu pegamos um temporal típico dessa época do ano na região. Chuva pesada, gotas grossas, ferindo o rosto como se fossem grãos de areia. Os



'Gigantes' já começam a abandonar o Parque

Até o próximo ano, o Xingu perde uma de suas etnias: os índios panarás estão de volta às suas terras. Conhecidos como "índios gigantes" pela elevada estatura de muitos deles, os crenacores chegaram ao parque em 1975, fugindo da morte: 175 deles morreram após o contato com o branco.

Levantamentos antropológicos demonstram que entre os anos 1500 e 1900 os caiapós do Sul, ancestrais dos panarás, ocupavam o oeste de São Paulo, áreas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o Triângulo Mineiro. Em 1973, com seu território cortado pela BR-163, havia necessidade de contatar os panarás. Quando chegaram no Xingu, em 1975, eles estavam desestruturados. No parque, muitas vezes mudaram o local de suas aldeias.

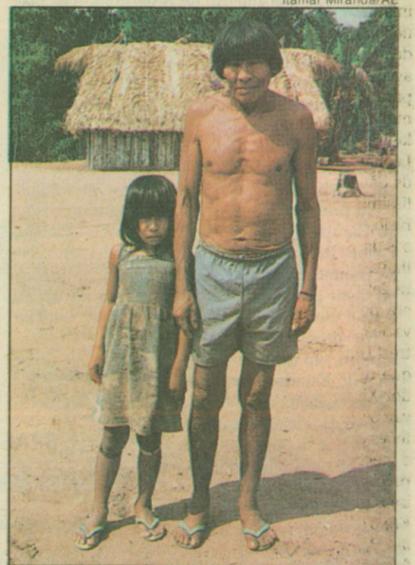
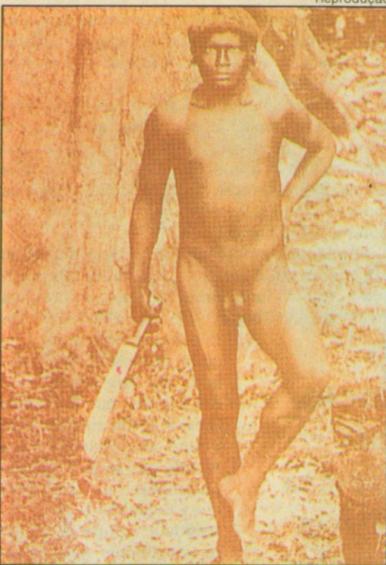
Índios de terras altas, nunca se

habituarão à planície do Xingu e no ano passado decidiram voltar às origens. Os repórteres do Estado encontraram parte dos crenacores em suas terras, às margens do Iriri. Mas eles já enfrentam problemas com madeiras e garimpeiros. No mês passado suas terras foram delimitadas.

Na aldeia Nocipotire, no sul do Pará, faltam medicamentos para enfrentar a malária e a tuberculose. Kokrit Panará, chefe dos guerreiros, esteve na capa dos jornais de todo o mundo à época do contato. Forte, alto e nu. Tuberculoso agora, Kokrit está com tratamento interrompido pela terceira vez.

O cacique Akê, quer os "brancos" longe de sua aldeia: "Vocês só nos trouxeram dor e sofrimento", diz. Mas alguns de seus guerreiros já usam o uniforme da CBF sobre o corpo, no passado, nu. (U.C.)

Índio panará ou crenacore em sua aldeia provisória no Parque do Xingu. A tribo, originária de terras altas, não se acostumou à planície xinguana e quer voltar para as margens do Rio Iriri, onde suas terras já foram delimitadas: "Gigante" com uniforme da seleção brasileira



Triste contraste

No início da década de 70 os irmãos Villas Bôas foram encarregados de fazer a atração dos crenacores (ou panarás), os chamados "índios gigantes". De fato, alguns chegavam aos 2,8 metros de altura e eram temidos. Entre eles estava Kokrit, índio ativo (esq.).

Sua imagem com o corpo nu, pintado de preto, facão na mão, correu o mundo. Hoje, mais de 20 anos depois, o mesmo Kokrit (dir.), de mãos dadas com sua filha, está duramente marcado pela tuberculose, cujo tratamento já foi interrompido por três vezes.

raios explodem de todos os lados sobre a floresta e as ondas de choque produzidas por eles se fazem sentir nas águas do rio. O suíá faz gestos largos com a mão livre, soprando as nuvens para que se afastem. Só muito depois vamos entender. Somos bem recebidos na aldeia. Nos aquecemos ao fogo e, mais tarde, dividimos com índios curiosos nossa sopa de envelope. Numa noite, após o encontro com os pescadores

ilegais, ficamos sabendo que nosso guia é o pajé dos suiás. Até pouco tempo, nem ele sabia disso. Tudo aconteceu num sonho. Tony relata a história junto ao fogo que já se extingue, no interior da maloca. No sonho, ele subiu ao céu e o espírito mandou que ele atravessasse uma cerca. Tony respondeu que não podia fazer isso, mas o espírito lhe assegurou do contrário. Então, ele transpôs a barreira como se ela fosse

miragem. O espírito explicou como ele deveria fazer para curar. O aprendizado não se concluiu e nem Tony espera por isso. O agente de saúde do Diauarum, Pichanha Juruna, o Bolinha, diagnostica malária, combate a disenteria e resolve outros casos em seu posto. Mas para uma dor misteriosa nas pernas, que resistiu aos medicamentos, ele só achou solução em benzimentos e remédios que o pajé lhe deu. (U.C.)

EXTRA

À ESPERA DA ONÇA

O ex-ministro Jarbas Passarinho, coronel reformado do Exército Brasileiro, afirma, em artigo escrito recentemente para o Estado, que o parágrafo terceiro do artigo 231 da Constituição prevê que o aproveitamento dos recursos minerais das terras indígenas, que pertencem à União e não aos índios, "pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional". No caso dos ianomâmis, acrescenta Passarinho, havia, já em 1993, "dois projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados visando regulamentar a forma de utilizar as terras para exploração racional de recursos, especialmente os minerais".



Índia ianomâmi da região do Catrimani, em Roraima, com arco e flecha, numa prática incomum entre as mulheres: ex-líder garimpeiro da Amazônia acusa os índios de plantar cocaína em suas reservas para abastecer traficantes de fronteira

O CENTRO DO MUNDO

Ianomâmis, povo que desperta ódio e simpatia

Na mitologia ianomâmi, se eles forem extintos, o céu, que faz parte de um mundo velho, cairá sobre os homens brancos

Um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil, os ianomâmis, têm suas terras entre Roraima e Amazonas. As estatísticas de 1992 estimam a população em 9.975 índios. Se somados aos que vivem na Venezuela, fronteira com o Brasil, chegam a 15.193.

A complexidade cultural e a extensão e riqueza mineral do território — 9,6 milhões de hectares, com ouro, pedras preciosas e cassiterita — têm atraído, mais que a qualquer outro povo, simpatia e ódio contra os ianomâmis.

Em agosto de 1993, a contragosto, eles retiveram a atenção da imprensa nacional e internacional. Nesse mês, doze índios da aldeia Haximu, em Roraima, foram mortos numa repremenda de garimpeiros que haviam invadido seu território.

A invasão começara cinco anos antes, quando a grande corrida do ouro levou para Roraima 60 mil garimpeiros: homens e mulheres desgarrados das formas clássicas de produção. Para eles, o estoque de recursos naturais em regiões inexploradas, como a terra ianomâmi, era a alternativa de sobrevivência. Desde então, essa situação não se modificou, ainda que a população garimpeira do Estado tenha se reduzido à metade. Parte migrou ilegalmente para a Venezuela. Os números são de Crisnel Francisco Ramalho, diretor-secretário da Federação das Indústrias de Roraima e presidente do sindicato de garimpeiros.

Num primeiro momento, informações apressadas avaliaram os mortos em mais de 60. Levantamentos posteriores mostraram que apenas 12 moradores de Haximu — acampados fora da aldeia e fugindo da perseguição garimpeira — foram mortos. Críticos ironizaram esse número como se ele não caracterizasse um massacre. Se esse percentual de mortos fosse aplicado à população brasileira, as vítimas seriam 195 mil.

Uma seleta platéia de críticos — particularmente do patrimônio ianomâmi — reuniu-se em meados de outubro, no Rio, no Terceiro Encontro Nacional de Estudos Estratégicos. Na mesa-redonda "Amazônia, ameaça de perdas territoriais, ocupação e desenvolvimento" encontraram-se nacionalistas de todos os matizes, entre civis e militares.

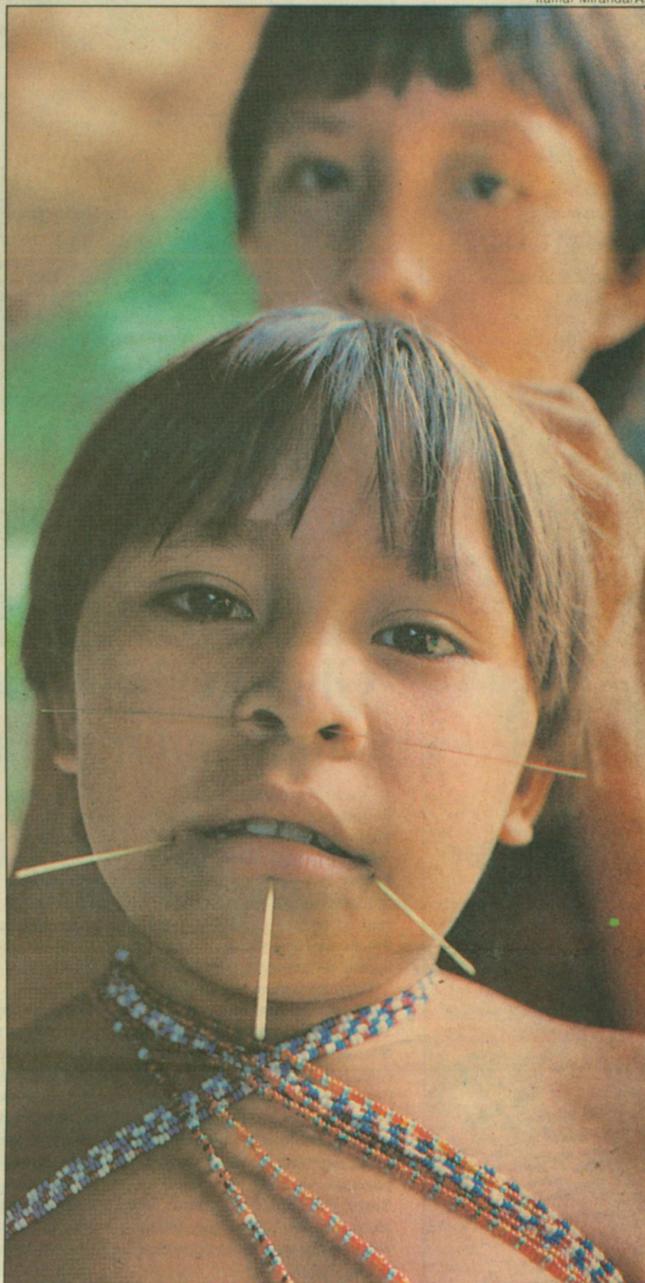
O ex-líder garimpeiro na Amazônia, José Altino Machado, argumentou sem contestação, segundo o "Jornal do Brasil" que "o garimpo é um dos responsáveis pelo desenvolvimento da região". E acusou os índios de estarem "plantando cocaína em suas reservas para traficantes de fronteira". O coronel de reserva Augusto Fregapani, coordenador da mesa, sugeriu uma aliança ao propor que "só teremos soberania na Amazônia com o apoio garimpeiro na área ianomâmi".

Na presença do governador de Roraima, Neudo Campos, o tenente-coronel Marcus Vinicius Belfort Teixeira disparou contra as demarcações na fronteira: "Elas hoje ocupam 11% do território, com apenas 0,2% da população da região. Essa é uma ameaça à nossa soberania" criticou.

No último dia 19 de novembro, em artigo na página 2 do Estado, o ex-ministro Jarbas Passarinho refutou essas idéias, argumentando que "a linguagem dos anos 50 parece estar de volta sob a forma intransigente do nacionalismo (...) resíduo de ódio tribal". O discurso do "nacionalismo epidêmico", segundo Passarinho, ministro de governos militares, "confunde-se com o xenofobismo e usa as palavras pelo efeito retórico, sem o menor compromisso com a verdade".

Ao escrever para o Estado, Passarinho retomou o tema desenvolvido em artigo publicado em abril de 1993 na Revista do Clube Militar. Citando o artigo 2º da Constituição, ele refuta a versão de "perda de soberania" pela simples razão de que são considerados "bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios". Como proprietária dessas terras, argumenta Passarinho, "a União as cerca com o recurso da demarcação".

Quanto à exploração dos recursos minerais, Passarinho — coronel reformado do Exército — cita o parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição, onde se prevê que o aproveitamento dos recursos minerais das terras indígenas, que também pertencem à União e não aos índios, "pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional". No caso dos ianomâmis, acrescenta, havia, já em



Criança ianomâmi com varetas no rosto: imita a onça, que teme tanto

1993, "dois projetos de lei em tramitação na Câmara visando regulamentar a forma de utilizar as terras para exploração racional de recursos, especialmente os minerais".

Em relação à extensão das terras, Passarinho recorre à antropologia para dizer que "não é o número de índios que define a ocupação de um território". Avalia que, "isso depende de como a sociedade indígena se organiza socialmente e da maneira como se relaciona com a natureza para obter a sobrevivência".

O missionário italiano Carlo Zacchini, há 30 anos no Brasil e a maior parte deste tempo vivendo com os ianomâmis, diz que esse povo, na realidade, são quatro. Cada um deles com cultura e língua específicas. Zacchini, da ordem da Consolata, fala fluentemente essas línguas, que considera acessos a "um universo bem pouco conhecido". Num mundo que se globaliza rapidamente, ele considera que a manutenção dessa diversidade cultural é não só um patrimônio, mas um recurso estratégico que o Brasil não pode negligenciar".

Davi Kopenawa Ianomâmi também pensa assim. O líder indígena resume seu pensamento a uma idéia: "Nós, ianomâmis, queremos uma terra para o nosso povo, para vivermos em paz, sem brigas com o governo, militares e garimpeiros". Os ianomâmis, diz, "não invadem a terra dos outros, respeita a terra dos brancos".

A rica mitologia ianomâmi tem uma cosmologia particular. Ela divide o mundo em três faixas. A de cima é muito velha e toda rachada. A do meio é onde vivem os ianomâmis, palavra cuja tradução, segundo Zacchini é "ser humano, pessoa, gente". A de baixo não é tão velha.

Pajés, como o próprio Davi, fazem trabalhos espirituais e com eles sustentam as colunas que mantêm a terra de cima. De lá, pelas fissuras, a água dos rios e lagos se infiltram e dão origem às chuvas na terra do meio.

Se os ianomâmis forem, extintos, pensam eles mesmos, as colunas não terão como ser mantidas. Então, o céu cairá sobre os brancos sobrevi-



Acidente em noite de onça solta

Foi tudo muito rápido. Um motorista inexperiente pilotando uma picape precária e o mergulho para fora da estrada, como num filme em câmera lenta. O fotógrafo Itamar Miranda feriu a mão direita, mas isso, felizmente, foi tudo. Agora, é buscar socorro. Estamos isolados num trecho da Perimetral Norte, onde ela não passa de uma trilha de dois metros de largura. Os ianomâmis que nos acompanham se negam a ir. Não por preguiça, mas por medo da onça mitológica. Achem que ela virá por baixo da terra, emergindo no meio da aldeia, devorando a todos. Avaliamos a distância e começamos a caminhada. Eu e o motorista da Funai, Venâncio, um mestiço macuxi. Em uma hora estará completamente escuro. Temos como armas um facão e uma lanterna. Na primeira hora percorremos uns oito quilômetros, numa marcha



ventes. A 6 mil pés de altitude — 1.800 metros — a "terra do meio" dos ianomâmis é um paraíso bíblico.

O monomotor que permite essa visão profana desloca-se sobre um vale apertado entre as serras do Mucajá, ao Sul, e o Apiaú, ao Norte. A proa aponta para a aldeia Paapiú Velho, no meio da reserva.

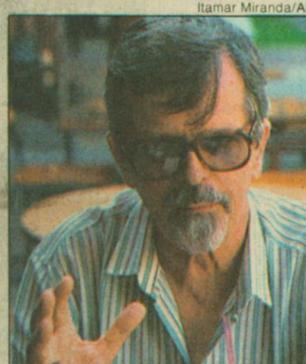
Os campos gerais de Roraima — no passado cobertos pelo mar e hoje uma planície de vegetação rala, sulcada de lagoas — ficaram para trás. Os limites foram fixados por tratados. Mas isso não garante que sejam respeitados.

O cenário, com o final dos campos gerais, é único em todas as direções: a floresta cerrada, poderosa, cortada por rios esparsos de tonalidades variáveis. Mas nem todas as cores são naturais. Tons leitosos que mancham igarapés e rios denunciam a presença de garimpeiros na floresta, a "terra do meio". Com motores sobre balsas eles sugam o leite das águas em mergulhos perigosos, contaminados pela febre do ouro.

Um mapa provisório da Funai mostra a presença do garimpo na reserva. As manchas escuras começam no Alto Urariquera, nas margens ocidental e oriental do Parima, no Alto Mucajá, na junção deste rio com o Couto de Magalhães, no baixo Apiaú e no alto Catrimani, onde está a segunda aldeia a ser visitada pelos repórteres do Estado. Correndo para o Norte e depois Nordeste, está o Orinoco. Este é o rio que Cristóvão Colombo pediu permissão do papa para navegar, acreditando que tivesse atingido o Paraíso. Difícil aceitar a tese de José Altino, de que o garimpo clandestino beneficia a Amazônia.

As pistas clandestinas são cicatrizes avermelhadas na floresta. O mapa traz alguns nomes: Jacarandá, Malária, Paulistinha, Chico Mineiro... Outras nem estão no mapa. É o caso de Sula Miranda, onde a rainha dos caminhoneiros fez um show, pago a peso de ouro.

O monomotor manobra em arco. Embaixo está a pequena pista de Paapiú. Quando o piloto pouso, uma mulher branca aparece no posto da aldeia. Está assustada, pensa que se trata de garimpeiros. Tranqüiliza quando descobre que os recém-chegados são jornalistas. A moça é Sônia



Padre Zacchini: "Patrimônio"



Davi, o pajé: iniciação



Crisnel Ramalho: garimpeiro

do, capaz de penetrar o ânus ou o canal da uretra, onde se fixa com suas nadadeiras.

Os índios da aldeia Catrimani estão chocados com três ataques de onças que sofreram este ano. Dois índios foram devorados e um terceiro está gravemente ferido em um hospital em Boa Vista.

Os ataques são consequência da passagem dos garimpeiros que acabaram com os porcos do mato e outras caças que alimentavam as onças. Então, elas começaram a atacar os índios. No Catrimani, também os repórteres do Estado sofreram um acidente, na Perimetral Norte. Percorram, à noite e desarmados, 14 quilômetros na mata onde as onças são freqüentes. (U.C.)

dificultada pelo pedregulho grosso que cobre o leito da estrada. Depois disso, escurece. A noite está clara, com lua crescente. Júpiter está ao lado da Lua, em Sagitário, meu signo. Considero a possibilidade remota de ser este um bom augúrio. Da mata vêm o perfume agradável de cajueiros em flor. Um ruído brusco, ao meu lado, produz um arrepio sob meu couro cabeludo, como se fosse uma

descarga elétrica. Viro a lanterna para a mata e caminho alguns metros de costas. Venâncio também está tenso. Onça? Um tempo depois subimos uma pequena elevação. Cheiro do fogo da maloca da cabeceira da pista do Catrimani. Estamos perto. Chegamos com a roupa molhada pelo esforço e tensão, ao final de duas horas de marcha. Caminhamos na maior floresta do planeta e em minha mente posso ouvir

as narrativas do padre André, português, feitas à tarde, sobre os ataques de onça que aterrorizam os ianomâmis. O padre resgata Itamar e os índios. Saboroso, mas sem gosto. Ajudo irmã Maria, também portuguesa, a lavar a louça. Irmã Rosa diz que à noite não sai nem à porta do alojamento. Revivo mentalmente a experiência da caminhada, do perfume e dos sons da noite. Nunca vou esquecer. (U.C.)

Roteiro da reportagem

O trabalho de campo para a realização deste Caderno Extra sobre os índios brasileiros foi feito pelos jornalistas Ulisses Capozoli (texto) e Itamar Miranda (fotos), ao longo de 16 mil km (veja mapa ao lado). Sob a coordenação do editor-executivo Carlos de Oliveira, visitaram áreas dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Amazonas e Roraima, durante 35 dias. Inestimável apoio logístico foi dado pelo Instituto Socioambiental (ISA).

EXTRA

OS PREDADORES

Relatos históricos mostram, recorrentemente, que os assassinos de índios nunca tiveram a menor preocupação em disfarçar seus feitos. Muito ao contrário, sempre trombetaram as suas façanhas nas rodas de conversa, com ares de heróis. Para esses assassinos, pouca coisa mudou na Amazônia atual, onde muitos índios ainda são tratados como animais e definidos simplesmente como bandos, tendo sua cultura desprezada. Mesmo que, já em 1537, o Papa Paulo III tenha declarado, numa bula, que índios são "seres humanos como os demais homens".



Guerreiros vaimiris-atroaris, na região da mina Pitinga, de cassiterita, explorada pela Paranapanema: índios temidos, responsáveis por vários massacres de brancos, mas igualmente massacrados por eles

Diamantes e ouro brotam dos rios de Roraima

Raposa/Serra do Sol, mais especificamente a aldeia macuxi de Uiramutã, é um barril de pólvora

O monte Roraima, com 2.875 metros, é uma das formações geológicas mais antigas do mundo. Ele é o divisor das águas que vem para o Orinoco, Essequibo e Amazonas. A sudoeste do monte, estão as nascentes do rio Maú ou Ireg. Ele separa o Brasil da Guiana. Nos contrafortes centrais estão as águas que dão origem ao rio Cotingo. A sudoeste, brota a nascente do Surumu. Mas o que atrai todo tipo de aventureiro por lá não são as águas. É o ouro, e especialmente os diamantes, encontrados nos leitos destes rios. Na área do monte está a maior e mais populosa de todas as terras indígenas do Estado. Raposa/Serra do Sol estende-se por 1.76 milhão de hectares e abriga pelo menos 11 mil índios das etnias macuxi, ingariçó, vapixana, taurepangue e patamona.

Os macuxis e ingariçós são os mais numerosos: perto de 10 mil índios. Mas isso em terras brasileiras. As duas etnias também vivem em terras da Guiana. Os ingariçós somam 4.500 índios, só uma minoria no Brasil.

A história do contato desses povos com os brancos remonta à formação das fronteiras nacionais na região das Guianas. Quando os portugueses ocuparam o estratégico vale do Rio Branco, no século 18, tiveram para isso o apoio dos macuxis. No encontro dos rios Uraricoera e Tacutu, os portugueses construíram, em 1775, o forte de São Joaquim. A construção está em ruínas, mas cumpriu seu papel de definir as fronteiras externas.

O problema, agora, são as fronteiras internas. Mais especificamente as terras que pertencem aos índios e as que devem ficar com os fazendeiros brancos. Disputas recentes envolveram mortes por incêndio de pontes. Fazendeiros acusam os índios de agir com violência aculados pelos pais.

O fazendeiro Wilson Alves Bezerra, o "Galego", por exemplo, diz que sempre viveu bem com os índios. O problema, avalia, são os pais. O índio João Macuxi já acusa os fazendeiros e defende os pais. É um colar de acusações, num círculo sem fim. Todos parecem inocentes e culpados.

O barril de pólvora de Raposa/Serra do Sol está na aldeia macuxi de Uiramutã. Lá, brancos como o próprio "Galego", querem ver construída a sede de um município. As fundações da futura Câmara, com a construção embargada pelos índios, está bem no centro da aldeia, distribuída numa área em torno de 10 hectares. No começo de novembro, a Assembléia Legislativa de Roraima autorizou a construção do prédio. Os índios ainda não reagiram. Esperam a resposta que o ministro da Justiça, Nelson Jobim, prometeu para até o final deste mês: demarcação contínua ou fracionada das terras da reserva. Se chegarem a um acordo, a paz na região pode ser consolidada. Caso contrário, será apenas o começo de novas violências. (U.C.)



O BRILHO DO SOLO

Recursos naturais sempre instigaram atos de violência

Os índios vaimiris-atroaris fecham acordo vantajoso com a Paranapanema, que explora cassiterita em suas terras

O poder despótico sempre tentou caracterizar como "barreira ao desenvolvimento", medidas legais, na maior parte das vezes tímidas, para proteger o índio e seu território da exploração predatória.

Esse foi o argumento de que se valeu o empresário amazonense Egard Penha, da Penha & Bessa, empresa para a extração da borracha e castanha do Brasil, nos interiores amazônicos. O ano é 1926. Penha faz carga contra o chefe do posto indígena Marahaua, Luís José da Silva. Acusa-o de "arbitrário" por vetar com energia a entrada de seus homens em território indígena.

A guerra particular de Penha acabaria com a morte do agente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), torturado pelo empresário e, em seguida, na morte do sócio de Penha, Candido Bessa. Ele foi tocado pelos vaimiris-atroaris.

Mais que isso, Penha retomava os confrontos violentos que vinham do passado, opondo brancos e índios. Em 29 de abril de 1856, por exemplo, 50 policiais bem armados sob o comando de um certo major Vasconcelos, mataram pelo menos 300 índios, entre velhos, mulheres e crianças. Os homens saquearam e incendiaram as malocas, segundo narraram.

O relato histórico está no livro *Waimiri-Atroari, a História que Ainda Não Foi Contada*, do sertanista José Porfírio de Carvalho. Nesse tempo, os assassinos de índios não tinham pudor em disfarçar seus feitos. Ao contrário, trombetavam as façanhas com ares de heróis. Para eles, e isso não mudou na Amazônia, os índios não passam de bichos. Mesmo que, já em 1537, o Papa Paulo III tenha declarado numa bula que índios são "seres humanos como os demais homens".

Desproporção — Em janeiro de 1879 o brigadeiro João de Barros Falcão liderou outro confronto com os vaimiris-atroaris. Dessa vez morreram 400 índios. O brigadeiro revidou um ataque à vila de Moura, à margem direita do Rio Negro, onde dois brancos tombaram vítimas dos índios.

Em 1905, por causa de um incêndio num baracão ocupado por um homem chamado Antunes e atribuído aos índios, o governo do Amazonas mandou mais uma força policial contra os vaimiris-atroaris. O grupo era comandado por um homem de nome sintomático: capitão Catingueira. O capitão e seus comandados, dessa vez, mataram 283 índios, novamente incluindo mulheres, velhos e crianças. Como prova de coragem, o capitão levou a Manaus 18 prisioneiros.

Estes são alguns dos registros dos choques que opuseram os vaimiris-atroaris aos brancos. Em outubro de 1944, os índios mataram o tenente norte-americano Walter Williamson e dois de seus acompanhantes. Desobedecendo instruções dos funcionários do SPI, a quem chamou de "medrosos" o tenente abusou da imprudência no contato com os índios, desconfiados das intenções dos brancos. Em 1968, os vaimiris-atroaris liquidaram também a expedição do padre italiano Giovanni Calleri, formada por 12 pessoas, das quais apenas uma escapou. Paulo Mineiro, o sobrevivente, havia alertado o padre várias vezes sobre seus métodos autoritários e desrespeitosos sem ser ouvido.

Em 30 setembro de 1974 seis agentes — da Funai, que substituiu o SPI — foram mortos junto ao rio Alalau. Eram companheiros de José Porfírio de Carvalho. Sobre essas mortes, o respeitado sertanista Gilberto Pinto Figueiredo disse: "Eu nunca quis saber porque os índios mataram ou deixaram de matar. Tenho-os como meus filhos, considero-os o prolongamento de minha família. Ando armado na floresta, mas não atiro nos índios em caso de ataque. Se me matarem um dia, paciência..." Gilberto foi morto pelos vaimiris-atroaris em 28 de dezembro de 1974. Tentava diluir tensões criadas pela arrogância de um militar que comandava a abertura da BR-174. A estrada rasga o território índio e liga Manaus a Caracas, na Venezuela, passando por Boa Vista, em Rondônia.

No último dia 6 de outubro, os vaimiris-atroaris novamente pegaram seus arcos e flechas. Desta vez contra a empresa Paranapanema que explora cassiterita, o minério do estanho, junto às suas terras. A empresa, sem autorização, havia construído uma estrada para escoamento do mi-



Índios vaimiris-atroaris no momento exato em que atacavam o posto próximo à mina de cassiterita Pitinga,...



...explorada pela Paranapanema, no dia 6 de outubro: acordo permitirá aplicações na recuperação de terras

nério e pagava pelo uso dela. Os índios queriam aumentar esse pagamento.

Os repórteres do *Estado* chegaram à mina de Pitinga, da Paranapanema — 250 quilômetros ao norte de Manaus, junto à BR-174 — no momento da tomada do posto de vigilância pelos 110 guerreiros índios. Pitinga é a maior mina de cassiterita do mundo. Sem ela, o Brasil teria que importar estanho. Um dos diretores da empresa, Ricardo Dequesch, alegou que a empresa ficaria arruinada pela reivindicação dos vaimiris-atroaris de pagar um caminhão de minério para cada um dos 200 que passassem pela estrada.

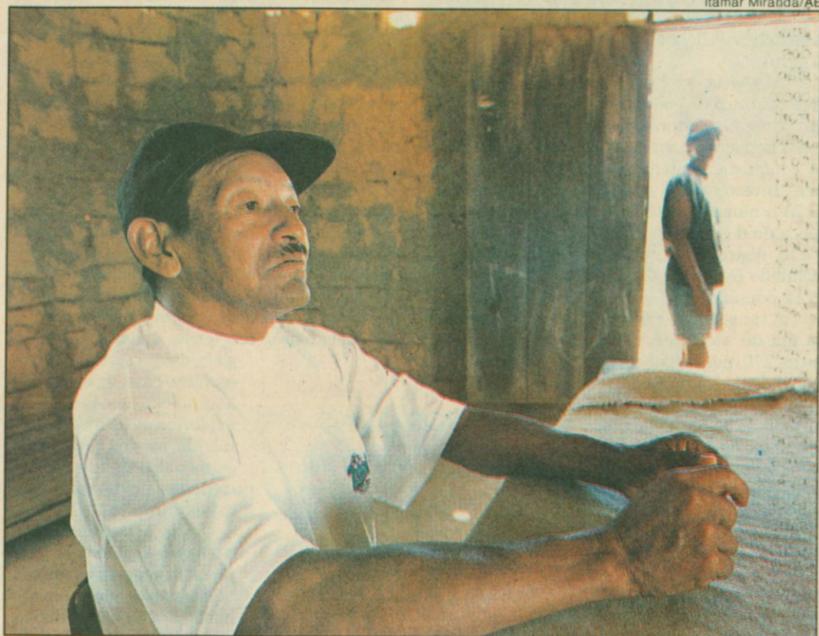
Do outro lado, o líder indígena Mário Parwe não retrocedia. Apontava a contaminação das águas do Alalau e os estragos ambientais de suas terras provocados pela mineração. Com base em documentação obtida junta à Funai também alegava que haviam sido ludibriados pela agência no começo dos anos 1970. O sertanista Porfírio, que trabalhou na pacificação das relações com os vaimiris-atroaris, confirma a denúncia de Parwe em seu livro. Segundo o sertanista, um desmembramento irregular do território original fez com que os vaimiris-atroaris perdessem 526.800 hectares de terras.

O bloqueio da estrada pelos índios e as negociações que se seguiram duraram um mês. No último dia 7, saiu o acordo. A Paranapanema, comprada por um fundo de pensões de empresas estatais, vai pagar o que os índios desejam. O dinheiro deverá ser investido na recuperação ambiental das terras.

Sem saber, Parwe e seus liderados seguiam o pensamento de um líder indígena norte-americano, Mato Gleska (Urso Pintado), sobre a conquista do ouro nas Black Hills, território sagrado dos índios, em 1870: "Nosso pai grande tem um grande baluarte e nós também. A montanha é nosso baluarte... Queremos US\$ 70 milhões pelas Black Hills. Coloquem o dinheiro em algum lugar, a juros, para que possamos comprar gado. Essa é a maneira dos brancos". (U.C.)

Orlando até parece branco, mas não é

Enquanto esperam pela definição de suas terras, os índios macuxis dançam. Na realidade, recuperam as danças da memória dos mais velhos. Os repórteres do Estado foram recebidos, na aldeia Maturuca, com a dança da aleluia. Numa coreografia harmoniosa, dois grupos se aproximam e se distanciam entre si, num ritmo marcado pelos pés. Cantam em macuxi, língua do tronco caribe, misturada com palavras do português. De tempo em tempo, se repete o refrão "Santa Maria", evidenciando a influência católica trazida em séculos anteriores pela ocupação portuguesa. A leste da aldeia estão as serras da fronteira com a Guiana. No final da tarde, com o Sol baixo, o silêncio das montanhas traz uma sensação de estranha realidade. A música, com timbre agudo dominante de mulheres jovens, evoca cenas que a coreografia materializa. Os macuxis, ao



Orlando Macuxi: resistência à criação de município em terras ocupadas por sua aldeia

longo de séculos, foram influenciados por valores da cultura colonizadora. São, certamente, os únicos índios fazendeiros do Brasil. Mas, confirmando as opiniões de muitos antropólogos, não se transformaram em brancos. Observando-os, na dança com a qual recepcionam visitantes, soa desafinada a previsão feita pelo sociólogo Hélio Jaguaribe. Ministro da Ciência e Tecnologia do governo Collor, pregou que os índios brasileiros deveriam ser extintos até o ano 2000,

absorvidos por uma integração cultural. A antropologia já superou o estágio dessa integração. As sociedades indígenas deixaram de ser vistas como retardatárias na caminhada que conduziu, pelo menos parte das sociedades ocidentais, aos seus estilos atuais. As sociedades indígenas, já interpretadas os antropólogos, são culturas diferenciadas, autônomas, independentes. Não compreender isso certamente será repetir erros do passado, como o

que levou missionários de séculos anteriores a descaracterizar culturalmente os povos cujas almas pretendiam "salvar". Orlando Macuxi, tuxáua (chefe) da aldeia Uiramutã, é um delicado exemplo disso. Na casa dele almoçamos arroz, frango ensopado em molho de tomate e suco de maracujá. Retribuímos com uma caixa de chocolate. Orlando fala português, com a omissão dos artigos. Orlando até parece um homem branco... mas não é. (U.C.)

EXTRA

RIQUEZA HUMANA

A existência, ainda, de tribos isoladas no Brasil se explica pelo padrão histórico de conquista e ocupação de nossas terras: primeiro as litorâneas, depois as do interior. Contudo, sob o impacto do avanço constante das frentes de conquista, centenas de povos indígenas desapareceram. Investigações etnológicas e especialmente as realizadas no campo da lingüística, estimam em 1.175 o número de línguas faladas no Brasil, em 1500, época do descobrimento. Hoje, elas se reduzem a cerca de 180, distribuídas entre cerca de 200 nações. Mesmo assim, a existência de 180 línguas num país revela um patrimônio cultural dois mais importantes.



Itamar Miranda/AE

Rio Javari: movimento crescente põe em risco o atual estágio cultural dos índios corubos, recém-contatados pela Funai. Índios isolados, muitas vezes, resistem com violência à penetração dos seus domínios e, quando não podem mais sustentar o enfrentamento, recuam para pontos mais inacessíveis

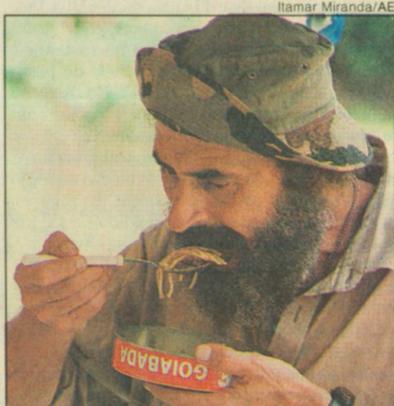
OCULTOS NA SELVA

Reprodução

Itamar Miranda/AE



Valmir Torres: contato trágico na selva



Sidney Possuelo: atração dos corubos

60 grupos ainda fogem do contato com os brancos

Esse fato é o bastante para distinguir o Brasil como um dos mais ricos países do mundo em diversidade cultural

Quase cinco séculos depois da chegada de Pedro Álvares Cabral às praias do que é agora a Bahia, pelo menos 60 grupos indígenas ainda resistem ao contato direto com os brancos. Só esse fato é o bastante para distinguir o Brasil como um dos mais ricos, senão o mais rico, país de todo o mundo em diversidade cultural.

A existência dos isolados se explica pelo padrão histórico de conquista e ocupação das terras. Primeiro as litorâneas, depois as interiores. Sob o impacto do avanço constante das frentes de conquista, centenas de povos desapareceram. Investigações etnológicas estimam em 1.175 o número de línguas faladas no Brasil à época do descobrimento. Hoje, elas se reduzem a 170, distribuídas entre 206 sociedades, não incluindo os isolados.

As populações, de acordo com estimativas, devem ter somado cinco milhões de indígenas, no fim do século 15. Os dados atuais variam entre 270 mil, segundo o banco de dados do Instituto Sócioambiental (ISA) e 325 mil da Funai. Esse desencontro de dados, na verdade, menos que um problema metodológico, revela o conhecimento ainda insuficiente da diversidade cultural.

Para o sertanista Sidney Possuelo, diretor do Departamento de Índios Isolados (DII) da Funai, os arredios, como também costumam ser chamados, são "uma gente quase desconhecida, de quem se tem pouca ou nenhuma informação". Esses isolados, diz Possuelo, "se mantiveram à parte, em relativo estado original, desde o descobrimento, vivendo da caça, pesca, coleta e agricultura de subsistência".

Uma das características dos índios isolados é não manter relações sociais nem mesmo com outros grupos indígenas que possam habitar nas suas proximidades. É o caso, por exemplo, dos piriutitis, arredios que vivem em terras dos vaimiris-atroaris. Eles resistem com violência à invasão dos seus domínios e, segundo Possuelo, "quando não podem mais sustentar o enfrentamento, recuam para pontos mais inacessíveis".

Dessa forma, enfrentando os invasores ou recuando ao avanço deles, conseguiram manter o isolamento ao longo de sucessivos ciclos de ex-

pansão de fronteiras econômico-sociais. Mas essa postura de isolamento tem custos. Duas das consequências importantes dessa atitude, explica Possuelo, são a perda de população e o nomadismo.

No primeiro caso, avalia ele, perseguições violentas e sistemáticas ou contaminações infecto-contagiosas que essas populações não podiam combater reduziram o que podem ter sido nações inteiras a pequenos grupos sobreviventes. Desenraizados de suas terras originais e numericamente inferiores, analisa Possuelo, "fizeram desse sistema de vida errante uma luta diária pela sobrevivência".

Os índios, e isso é válido especialmente para os isolados, têm na terra uma referência primordial. Dela dependem tanto para a produção e coleta de alimentos quanto para a manutenção do complexo sistema de crenças. Com esses valores, elaboram suas mitologias e constroem suas próprias cosmologias.

Assim, interpreta Possuelo, com a experiência de quase 30 anos de indigenismo, para o índio "a terra é um repositório de saber onde cada detalhe da geografia associa-se a seres míticos, antepassados, heróis culturais e espíritos". A partir daí, eles "explicam suas origens e realimentam suas existências".

Equívoco antropológico — Ao contrário do que comumente se considera, a política indigenista não defende a eternização desse estágio cultural. A incompreensão desse princípio é ainda um foco gerador de desencontros em questões básicas envolvendo os povos indígenas. É o caso da extensão das terras, quase sempre julgada exagerada. O equívoco, neste caso, é pensar que as sociedades indígenas exploram os recursos naturais da mesma forma que os métodos típicos das sociedades ocidentais, com raízes europeias.

O que o Departamento de Índios Isolados se propõe a fazer, diz Possuelo, é "desenvolver um trabalho no qual a inserção dessas sociedades no contexto cultural nacional, possa ser preparada, dando-lhes tempo necessário para a assimilação dessas relações, sem ruptura violenta de seus valores. Só assim, assumindo suas próprias decisões, eles poderão definir os rumos que lhes convém, com suas características de culturas autônomas. O reconhecimento dessa realidade, incorporando avanços na antropologia cultural, está assegurado na Constituição de 88.

A decisão de fazer o contato com os isolados, no entanto, é um "último recurso", diz Possuelo. Ela só é tomada quando esses grupos correm risco de extermínio ou são ameaçados por invasores de seus territórios.

Algumas experiências passadas de contatos apressados, sob pressão para construção de estradas ou hidrelétricas, deixaram marcas traumáticas nessas sociedades. Ou, simplesmente, fizeram com que elas resultassem extintas. O

Índios corubos, ou caceteiros, em vida isolada na região do Rio Javari, no Estado do Amazonas: contato recente estabelecido pelo sertanista Sidney Possuelo, da Funai, e constantes ameaças de descaracterização de sua cultura

O massacre da expedição do padre Calleri

A história dos índios isolados está ligada a massacres. De brancos por índios e de índios por brancos. Uma dessas histórias é a da expedição do padre João Calleri, que em novembro de 1968 foi encarregado de afastar os então isolados vaimiris-atroaris da região da BR-174, a Manaus-Caracará, no Amazonas. Calleri cometeu erros grosseiros nessa missão e, em vez de agir como um indigenista, quis impor sua personalidade aos índios. Deu tiros para o ar, não retribuiu presentes, obrigou índios a trabalhar e, sem permissão, entrou numa das malocas quando sentiu fome. Com uma história de massacres cometidos por brancos contra seu povo, os vaimiris-atroaris, liderados na época pelo cacique Maruaga, sentiram-se ultrajados e assassinaram os 11 integrantes da missão Calleri - oito homens e três mulheres - a flechadas, golpes de terçados e bordunas. As flechas dos vaimiris-atroaris são impressionantes: os facões, que há muito a Funai jogava na mata para presentear-lhes e facilitar a

processo de ocupação da Amazônia motivado, de um lado pela geopolítica do pós-guerra, de outro por um padrão histórico de ocupação que não preserva os recursos naturais, afeta diretamente os índios isolados.

Sob pressão constante, fugindo para áreas mais inacessíveis, onde pensavam estar seguros, sempre acabaram alcançados. Essa situação, de acordo com Possuelo, movimentou um grupo de indigenistas, no interior da Funai, a dedicar-lhes uma atenção especial "para possibilitar, ao longo do tempo, o estabelecimento de relações amistosas e minimizando, ao máximo, os efeitos perversos do contato que fatalmente irá ocorrer". Assim, surgiu o Departamento de Índios Isolados (DII), que Possuelo dirige.

O departamento estrutura-se — na sede, em Brasília — com recursos básicos e, em campo, com unidades estaduais. No Amazonas existem a Frente de Contato Rio Purus e a Frente de Contato do Vale do Javari; no Pará, o Posto Indígena de Contato Cuminapanema; no Acre, a Frente de Contato Rio Envira; no Mato Grosso, a Frente de Contato Rio Madeirinha; em Rondônia, a Frente de Contato Rio Guaporé e, em Goiás, a Frente de Contato Avá-Canoero.

Essas frentes de contato são chefiadas por profissionais especializados e conhecedores da selva. Eles estão equipados com instrumentos e meios adequados às operações na selva ou nos rios, com apoio logístico de barcos e aviões.

O trabalho do departamento implica riscos para o pessoal envolvido. As operações quase sempre são demoradas e com custos elevados. Segundo Possuelo, essas características inviabilizam a criação de novas frentes para investigar informações capazes de confirmar ou não a existência de outros grupos isolados.

As investigações para a confirmação de grupos arredios é feita em etapas e começa com o mapeamento da área a ser investigada. Nessa fase, buscam-se os vestígios e evidências de deslocamento do grupo. O objetivo é dimensionar o território que eles ocupam.

Esse trabalho permite uma avaliação da compressão territorial, dos choques e riscos em relação às frentes pioneiras de ocupação dessas áreas, caso de madeireiras. Confirmada a existência de um grupo arredio, estabelece-se uma vigilância territorial, preservação ambiental e

atração, eram trabalhados e transformados em pontas de flechas. Flechas em ponta de aço largo, com cerca de 20cm de comprimento e uma trava, tipo anzol, na base. Em 1974, os mesmos índios mataram um grupo de cinco indigenistas liderados pelo sertanista Gilberto Pinto, da Funai, encarregado de promover a reaproximação com os índios arredios. O grupo foi atacado de



monitoramento do grupo ou a instalação de uma frente.

Em 1975, o sertanista Valmir Torres chegou a ter um breve contato com esse grupo. Mas ele foi frustrado por um ataque dos índios, quando morreu, a bordunadas, ao lado de Torres, o sertanista Jaime Pimentel. O ataque resultou de traumas de choques anteriores com invasores. Agora, antes do contato de Possuelo, as placas de identificação do território indígena local foram retiradas por ordem do prefeito de Benjamin Constant. A cidade, como outras na Amazônia, tem sua economia baseada no extrativismo, sem preocupação com a auto-sustentação. No raciocínio imediato do poder político-econômico local, a proteção não só dos grupos indígenas arredios, mas dos próprios recursos, visando à sua preservação e exploração a longo prazo, é interpretada como barreiras ao progresso.

O resultado desse imediatismo é uma desolação crescente. Ela se apossa das cidades e das áreas por onde se espalha: pobreza paisagística, desconforto e feiura urbana, materializados numa pobreza barulhenta e mal-cheirosa. (U.C.)



Toras na água: cerco das madeireiras

emboscada, já que chegaram ao posto Abonari dando sinais de amizade. Ao se aproximar, Gilberto, que era chamado pelos vaimiris-atroaris de "pai", foi atingido por duas flechas no peito e morreu na hora. Os outros foram chacinados a golpes de facões e de bordunas. Setenta e dois dias antes, quatro outros funcionários da Funai haviam sido massacrados em ritual

semelhante. A desconfiança sempre esteve por trás da agressividade desses índios. Antes da chacina da missão Calleri, oito vaimiris-atroaris foram mortos em emboscada, às margens do Rio Jauaperá (AM). Foram abordados por três caçadores brancos que vinham de barco, gritando: "Jacunum mare" (branco bom). Os índios se aproximaram. Foram abatidos à bala. (C.O.)

EXTRA

CRUZADA NA SELVA

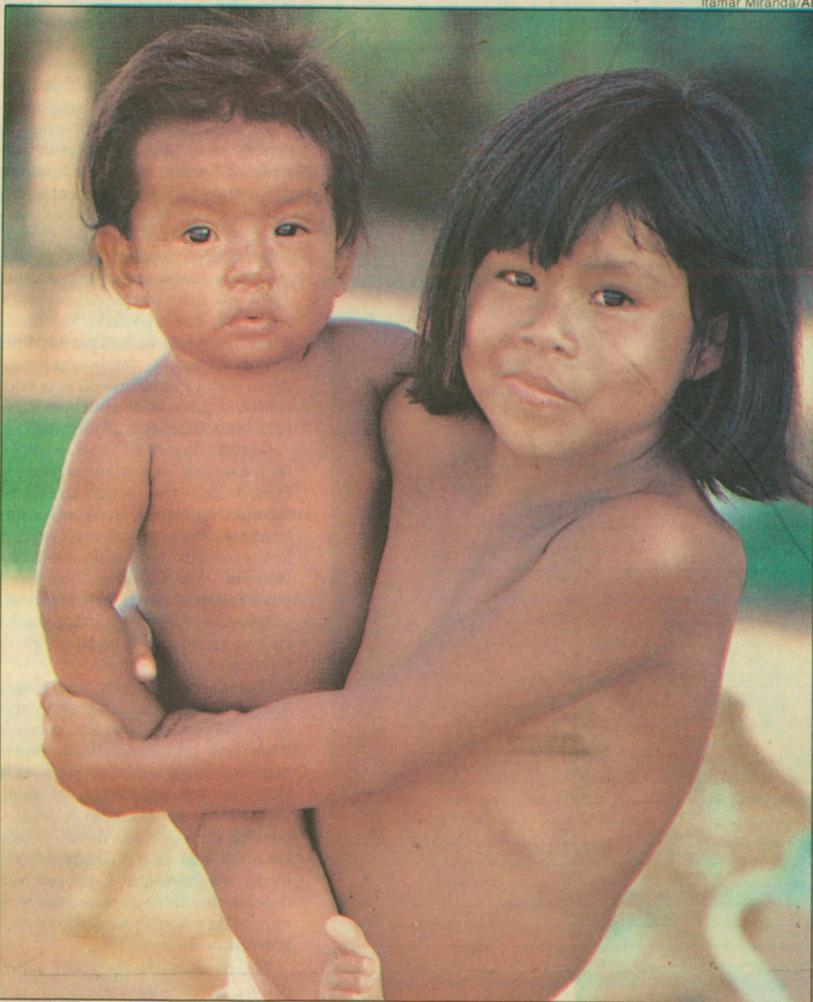
O antropólogo e senador Darcy Ribeiro afirma na obra "Os Índios e a Civilização - A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno", que desde o século 17 os nativos da região do Alto Rio Negro são submetidos a "descimentos" e ao cativoiro promovidos pelas mãos de colonos. "Descimento" é um termo ameno, da época, para se referir aos índios que eram capturados no interior do País e levados para o litoral, onde exerciam trabalho escravo. Houve muita violência na região e a violência do passado deixou cicatrizes. Elas ainda são visíveis entre as 20 diferentes etnias da região. Por fim, em 1916, chegaram as missões salesianas que, à época, eram intolerantes com as manifestações da cultura indígena.



Itamar Miranda/AE

O Rio Negro e suas corredeiras: uma das áreas de ocupação européia mais antigas na Amazônia; desde o século 17 suas tribos nativas conhecem a escravidão, a destribalização e os efeitos da evangelização intolerante do início do século

SEM IDENTIDADE



Itamar Miranda/AE

Sem comunicação: bisnetos de índios tarianos no Alto Rio Negro só falam...



Capitão luta contra a perda da memória

No pátio da aldeia Camanaus, uma velha tariana, vestindo uma bonita saia vermelha, caminha com a leveza de quem se desprende da gravidade. A tariana é avó da mulher do capitão Hermelindo Brazão. Os filhos dele não falam o tariano, nem a bisavó se expressa em português. Eles se comunicam pobremente com a bisavó. É uma relação metafórica. A velha tariana e seus contemporâneos estão indo embora no tempo, como se penetrassem uma fresta entre mundos. A convicção dos que ficam é diferente. Os jovens têm outros valores, conformam-se sem muita convicção o capitão Hermelindo Brazão. Aos 46 anos, nem jovem nem velho, o capitão vive com insegurança uma nova fase de transição. Os valores do mundo exterior chegam na margem oposta, com os barcos que sobem o rio. O bar do porto não tem nenhum suco natural, típico da região, como o maracujá e o caju. Em compensação, uma coca-cola em lata e gelada custa R\$ 0,90. Brazão se queixa de que nunca recebeu qualquer ajuda da Foirn. Camanaus tem uma escola para suas crianças no interior de uma maloca bem arejada. Atrás do quadro-negro amontoam-se sacos de cimento, madeira serrada, barras de ferro e outros materiais para pequenas construções comunitárias. Ele pensa que a perda de memória em sua aldeia poderia ser amenizada com o ensino das línguas nativas. O presidente da Foirn rebate irritado as observações do capitão camanaus. Justifica que a entidade que dirige "não é assistencialista", como se o pedido de Brazão fosse desse teor. O atrito à distância entre os dois homens, como tudo na região, tem raízes fincadas nos últimos 400 anos. A ocupação das terras, a exploração dos índios e a posse de suas mulheres só foi possível com manobras de divisão entre eles. De muitas maneiras, elas permanecem ainda hoje. Os comerciantes de São Gabriel, por exemplo, herdaram dos regatões o hábito de ludibriar os índios. Um hotelheiro local conta indignado que comprou pela metade do preço um estoque de café moído com prazo de vencimento quase no limite. O mesmo produto

No Rio Negro, índios vivem a desagregação

Mais de 300 anos de contato submisso com os civilizados reduziram a vida dos habitantes da região à penúria

O Rio Negro, com nascente na Colômbia, é uma das áreas de ocupação européia mais antiga na Amazônia. Em seu clássico *Os Índios e a Civilização - A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*, Darcy Ribeiro diz que desde o século 17 nativos dessa região eram submetidos a "descimentos" tanto por missões religiosas como cativoiro em mãos de colonos.

"Descimento" é um termo da época para se referir aos índios que eram capturados no interior do País e levados ao litoral como escravos.

A violência do passado deixou cicatrizes. Elas ainda são visíveis entre as 20 diferentes etnias da região, herdeiras de três diferentes famílias lingüísticas: tucano, aruaque e macu.

Citando o antropólogo Curt Nimuendaju, com informações datadas de 1950, o antropólogo brasileiro diz que ainda nos primeiros anos deste século quatro grupos eram claramente distinguíveis, tanto por suas culturas quanto pelas línguas, ao longo do Rio Negro. O primeiro era formado por população mestiça, cruzamento de europeus com índias dos "descimentos". Essa gente se entendia no nheengatu (do tupi "língua boa") ou língua geral, introduzida na região por missionários, colonos e escravos índios. Eles se concentravam no Baixo Rio Negro, em torno da cidade de São Gabriel da Cachoeira. O segundo grupo era remanescente de povos da língua aruaque, que haviam alcançado um sofisticado desenvolvimento em cerâmica, lavoura, construção de canoas, tecelagem, habitações coletivas e armas de guerra como a zarabatana, dardos envenenados, escudos.

O terceiro grupo reunia povos de língua tucano vindos do Oeste e com cultura menos elaborada. Eles assimilaram elementos aruaques. O quarto era formado por povos de línguas diversas, todos de cultura rudimentar. Com os contatos, eles foram se "arauaquizando" e "tucanizando".

Os 300 anos de civilização e catequese já haviam reduzido suas vidas à penúria, mas eles ainda enfrentaram novos choques. De um lado com os caucheiros (coletores de caucho, látex de segunda categoria), seringueiros e balateiros que vinham tanto da Colômbia, pelo Rio Uaupés, quanto do Negro.

De outro, sofreram com a sedução dos regatões, barcos com comerciantes que ainda hoje desenvolvem seus negócios em certas regiões da Amazônia e são conhecidos pelas práticas irregulares no trato com índios e seringueiros. Os regatões minaram com aguardente as últimas reservas morais desses índios em decadência e, ao final, venderam-nos aos caucheiros como mercadoria ordinária. Por último, na trilha dos regatões, vieram os missionários salesianos. Esses religiosos, segundo Darcy Ribeiro, "apesar de não ser a menor calamidade, não era a menos deletéria, pela intolerância às manifestações da cultura indígena".

"Cruzada" — Como forma de resgatar os valores morais e religiosos dos índios, os salesianos se lançaram a uma vigorosa cruzada na selva. Destruíram as malocas, substituindo-as por choças arruadas. As malocas coletivas eram uma das últimas resistências de que dispunham. Na avaliação de Nimuendaju, a habitação coletiva era "o verdadeiro baluarte da organização e tradição primitiva da cultura pagã" que contrariava os planos de conversão espiritual e social.

É ainda Nimuendaju quem relata uma das últimas cenas de danças, na aldeia Urubuquara, à margem esquerda do Uaupés. Em casas de estilo civilizado, com uma única maloca e uma capela, ele surpreendeu os índios numa festa de caxiri, aguardente

produzida com mandioca brava.

Da porta da maloca se fazia a recepção aos índios que chegavam, enquanto as mulheres dos hóspedes se pintavam no porto. Os visitantes vinham em fila trazendo seus arcos ou borduna. O chefe tinha as mãos seu escudo e lança. Os anfitriões, também em fila, deslocavam-se em sentido contrário, cumprimentando seus convidados. Só neste momento se falava o tariano, língua hoje praticamente extinta. No mais, se utilizava do tucano.

Nimuendaju descreve os índios como "tímidos e submissos". Conta que pediu para que eles não interrompessem a cerimônia, por sua chegada. Mas os tuxauas, os chefes, aproximavam-se para pedir desculpas. Eles festejavam pela última vez a festa do caxiri, quando se embebedavam e, às vezes, se tornavam violentos, para horror dos religiosos. Era quando a indignação contida escapava inteiramente do controle. Assim esses índios viram seu antigo estilo de vida desaparecer.

Na sede da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), em São Gabriel da Cachoeira, o índio baré Braz de Oliveira Franca viaja mentalmente no tempo. Fala dos avós, das cenas que viu na infância. São danças como o dabucuri e o adabi. Na primeira, as aldeias se confraternizavam em visitas recíprocas. Os que chegavam, traziam produtos que faltavam aos anfitriões. Quando fossem visitados, teriam o mesmo tratamento.

O dabucuri era uma forma típica de os povos indígenas realizar complementações econômicas, necessidades mediadas por festas onde a dança era uma forma de integração. No adabi, ao contrário, os acontecimentos se davam no interior da família, quando se preparava uma jovem para o casamento. Braz Franca é o presidente da Foirn, entidade que representa 25 mil índios, perto de 10% da população indígena nacional. Por pressão da Foirn foram demarcados, este ano, os 11 milhões de hectares da reserva do Rio Negro.

DESOLAÇÃO AMEAÇA O ALTO RIO NEGRO, ÁREA DE OCUPAÇÃO EUROPÉIA MAIS ANTIGA NA AMAZÔNIA

Ele reconhece que teve apoio da Igreja Católica na conquista legal dessas terras, mas diz que isso não basta para esquecer o passado.

O arcebispo de São Gabriel da Cachoeira, D. Walter Ivan de Azevedo, concorda parcialmente com as críticas de Darcy Ribeiro e Braz Franca. Diz que o antropólogo, agora senador, é muitas vezes injusto com a Igreja, especialmente com os salesianos, ao longo de sua obra. Ameniza as críticas de Franca argumentando que "os valores do passado eram outros".

Na avaliação do arcebispo, o passado mudou, "como resultado de avanços na antropologia, incorporados à evangelização pela missiologia". Para o religioso, as transformações na Igreja ocorreram especialmente a partir do Concílio Vaticano 2º, com Paulo VI, entre 1962 e 1965.

Mas, para os índios da região, pode ser tarde demais. Na comunidade Tajapós, a uma hora de lancha a mortor, rio abaixo, o capitão Fortunato Nascimento, líder de uma comunidade de 35 pessoas, não tem memória do passado. Seus pais morreram quando ele era criança. Ele gostaria de ter sabido como viviam no passado. Capitão é o termo que, em algumas comunidades, caracteriza o líder. Nascimento substitui o antigo capitão — que conseguiu um emprego no aeroporto local e se mudou para a cidade — como vem acontecendo com toda a comunidade.

Duas horas abaixo está a comunidade Camanaus. Lá vivem, em conjunto, cinco etnias diferentes, reunindo 220 pessoas. Eles se entendem na "língua geral". Camanaus é um lugar de uma tranquilidade triste, onde, segundo o capitão Hermelindo Brazão, "as coisas todas estão indo embora silenciosamente". Em Camanaus também as danças foram esquecidas. Do passado traumático só ficou o alcoolismo, introduzido pelos regatões. Mas essa é uma situação geral ao longo do Rio Negro. Em frente à aldeia, do lado oposto do rio, está o porto. Ali é onde os barcos de maior porte param, bloqueados pelas corredeiras do rio. Dali só se sobe por terra ou em embarcações pequenas. Carros blindados do Exército preparar-se para deixar o cais, depois de mais uma manobra. Durante uma semana, dois mil homens estiveram reunidos na região, considerada estratégica pelos militares. Para uma garimpeira com filha adolescente, a partida dos soldados é um alívio: "Quando eles chegam aqui, engravidam as meninas e vão embora sem querer saber de nada" (U.C.).



Itamar Miranda/AE

...o português e são incapazes de conversar com a bisavó, que só se expressa em tariano

Dom Walter Ivan de Azevedo, arcebispo de São Gabriel: "Injustiça com os salesianos"



ele viu ser vendido aos índios acima do preço normal. Também esses comerciantes continuam abastecendo os índios de álcool. Os capitães Fortunato Nascimento e Hermelindo Brazão gostariam de ver o vício longe de suas comunidades. Mas eles próprios bebem e, às vezes, passam um pouco do limite. Nascimento pondera que faz isso em datas específicas, 19 de

março, dia de São José; 3 de julho, dia de São Tomé; e 7 de Setembro, Dia da Pátria. Quando "passa do limite", Nascimento vai se deitar. O mesmo acontece com Brazão. Qualquer um que caminhe por São Gabriel, no entanto, vê índios caídos ou perambulando pelas ruas, sem rumo aparente. Se pudessem se deslocar no tempo, missionários do passado certamente teriam

amenizado as restrições ao que consideravam atos selvagens de seus protegidos. A cerimônia do caxiri, por exemplo, acontecia no interior de um ritual que mantinha as razões culturais e por isso mesmo fortalecia os laços de identidade. O alcoolismo de hoje, ao contrário, talvez seja só uma maneira de esquecer o esquecimento. (U.C.)

